



O Programa Brasil sem Miséria no Agreste Alagoano e as limitações para superação da pobreza

Rafael Navas^{1†}
Emerson Oliveira-Filho²
Emerson Carlos Soares³
Themis de Jesus Silva⁴

RESUMO: O “Programa Brasil sem Miséria” foi criado com o objetivo de erradicar a pobreza extrema, buscando a garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, por meio de projetos de fomento, que buscam garantir a segurança alimentar e nutricional e gerar renda às famílias. O objetivo desse trabalho foi avaliar as características sócio produtivas, hábitos de consumo e segurança alimentar de famílias rurais atendidas pelo Programa no município de Traipu/Al. Para o levantamento de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas, frequência de consumo de alimentos e versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Os resultados indicam predomínio de crianças em idade escolar, com baixa escolaridade entre os adultos. Há restrição no acesso aos serviços públicos e recursos, em especial água e terra, limitando a produção agrícola. As ações do Programa com criação de animais tem contribuído para a produção de alimentos, sendo a principal fonte de proteína na dieta e é destinada para autoconsumo. A renda obtida por meio de programas de transferência tem sido o principal ingresso de recursos. Ainda predomina insegurança alimentar entre as famílias. O Programa não conseguiu reverter a situação de pobreza encontrada e garantir a segurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Indicadores sociais; Extrema pobreza; Agricultura familiar.

THE “BRAZIL SEM MISÉRIA” PROGRAM IN THE “AGRESTE REGION” OF ALAGOAS AND THE LIMITATIONS TO OVERCOME POVERTY

ABSTRACT: The “Brasil Sem Miséria” Program was created with the objective of eradicating extreme poverty, seeking to guarantee income, access to public services and productive inclusion, through development projects that seek to guarantee food and nutritional security and generate income the families. The objective of this work was to evaluate the socio-productive characteristics, consumption habits and food security of rural families served by the Program in the municipality of Traipu/Alagoas/Brazil. For data collection, semi-structured interviews, frequency of food consumption and short version of the Brazilian Food Insecurity Scale were used. The results indicate a predominance of school-age children, with low education among adults. There is a restriction on access to public services and resources, especially water and glebe, limiting agricultural production. The Program’s actions with animal husbandry have contributed to food production, being the main source of protein in the diet and intended for self-consumption. Income obtained through transfer programs has been the main inflow of resources. Food insecurity still prevails among families. The Program was unable to reverse the situation of poverty found and guarantee food security.

KEYWORDS: Public policy; Social indicators; Extreme poverty; Family farming.

¹ *In memoriam* - Professor do Centro de Ciências Agrárias- Universidade Federal de Alagoas E-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

² Graduando em Agroecologia, Campus de Eng. e Ciências Agrárias(CECA), Universidade Federal de Alagoas(UFAL)

³ Professor do Centro de Ciências Agrárias- Universidade Federal de Alagoas. E-mail: soemerson@gmail.com

⁴ Professor do Centro de Ciências Agrárias-Universidade Federal de Alagoas. E-mail: themisjdasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos o conceito predominante de pobreza consistia simplesmente na ausência de renda. Tal conceito já não se adequa mais ao atual cenário político, econômico e social dos países e tem demandado outras formas de compreender o fenômeno, incluindo novas abordagens na análise (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012).

Ao se falar sobre pobreza é consenso que o não atendimento das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas está ligado à noção mais elementar dela, pois em qualquer sociedade, quem não possui meios de garantir a própria alimentação diária mínima é considerado pobre. Esse tipo agudo de pobreza relacionada à insuficiência de alimentos é chamado de indigência e a medição e a definição da linha de indigência - que determina o valor mínimo de recurso financeiro necessário para suprir as necessidades alimentares de um indivíduo no período de um mês, é o primeiro passo de grande parte das metodologias para medir a pobreza. É a partir da linha de indigência que se define as linhas de pobreza, que podem englobar outros aspectos, como o acesso à renda, à serviços públicos e habitação. A linha de pobreza é a soma da linha de indigência com os demais custos mínimos para um indivíduo sobreviver em uma sociedade (TRONCO; RAMOS, 2017). No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social considera em situação de extrema pobreza as famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 e de pobreza aquelas com renda mensal entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00 por pessoa.

Rocha (2007) considera que a renda é consagrada como a variável mais comum para avaliação da pobreza, principalmente pela capacidade de comparação internacional e por ser o meio hegemônico para a obtenção de bens e produtos que proporcionem bem-estar, porém enfatiza que a renda não é a única variável possível, principalmente em sociedades onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é muito baixo.

Estudos que abordam a questão da pobreza em suas distintas dimensões, tanto em áreas urbanas quanto rurais, demonstram que essa é mais severa nas zonas rurais (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012; KAGEYAMA, 2008; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2007). Esse fato é explicado pela ausência e precariedade de serviços básicos como educação, saúde e saneamento, o que coloca a população rural em situação de maior vulnerabilidade ou seja, de privação em relação à poluição urbana.

Maluf e Mattei (2011) também consideram que a pobreza rural se expressa em termos do nível insuficiente de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços e da negação de direitos elementares e consideram também a própria indiferença da sociedade que tem contribuído para ampliar o processo de exclusão social.

A realidade da pobreza rural não ocorre apenas no Brasil, mas em grande parte do mundo, em especial nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento

(NOCE; FERREIRA NETO, 2016). De acordo com Miranda e Tibúrcio (2011) tomando-se como linha de pobreza o patamar de US\$ 1/dia, haviam em 2007 aproximadamente 800 milhões de pessoas pobres em áreas rurais, representando mais de 50% da população rural do planeta. A FAO (2018) estimou que no ano de 2016, 48% da população rural estava vivendo em situação de pobreza e 22,5% em condições de extrema pobreza e além disso evidenciou a diferença em relação às áreas urbanas, com valores de 26% e de 7%, respectivamente.

No Brasil a pobreza tem raízes históricas na ocupação e formação econômica do país e do rápido processo de industrialização e urbanização, que buscaram promover grande expansão da produção econômica (ZIMMERMANN *et al.*, 2014) e foi aprofundada na década de 1980, após as sucessivas crises econômicas ocorridas no país (MATTEI, 2012; DELGADO, 2005; FAGNANI, 1999). O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil institucionalizou a pobreza rural por meio da concentração fundiária, do uso intensivo de tecnologias modernas que liberaram mão de obra, das relações precárias de trabalho, da urbanização acelerada, da restrição no acesso à terra, das limitações de educação, das dificuldades de acesso aos mercados, da privações de acesso a serviços básicos e das deficiências de infraestrutura em várias áreas (ZIMMERMANN *et al.*, 2014; MALUF; MATTEI, 2011). Para Veiga (2000) a pobreza no meio rural também é fruto das características do setor agropecuário, pois nos países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano, essa atividade tem caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil é predominantemente de caráter patronal.

Por fim, esse processo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil tornou-se instrumento de aumento da pobreza, pois ao longo do tempo as formas agrícolas tradicionais foram esquecidas pelas políticas públicas (principalmente nas áreas de minifúndio), cuja prioridade foi dada à agricultura em larga escala e voltada aos mercados internacionais. A política instituída para o setor agrícola entendia a função do rural apenas como espaço de produção agrícola do tipo empresarial e a partir dessa ideia, havendo aumento da produção agrícola, seria resolvido o problema da pobreza e traria aumento dos produtos agropecuários, o que na prática não ocorreu (ZIMMERMANN *et al.*, 2014).

Dados do IBGE (2009) indicam que no Brasil a população rural é de 30,7 milhões de pessoas, dos quais cerca de 54% desse montante foram consideradas pobres e 8,1 milhões de pessoas extremamente pobres. Os dados demonstraram que a região Nordeste concentrava 70% daqueles considerados extremamente pobres, estando Alagoas com o maior número nesse grupo no meio rural do país. Essas famílias acabam dependendo dos programas de transferência de renda, porém Noce e Ferreira Neto (2016) pontuam que esses programas por si só, não são suficientes para retirarem as pessoas da condição de pobreza em que se encontram.

Atualmente outros fatores que vem contribuindo para a manutenção dessa situação no meio rural segundo Zimmermann *et al.* (2014) são os grandes projetos, como pecuária extensiva, monocultura de eucalipto, mineração e grandes agroindústrias, pois não conseguem incorporar as populações locais pobres e trazem pouca dinâmica às economias locais, restringindo as possibilidades de maior integração social das camadas populacionais submetidas à essas condições.

Zimmermann *et al.* (2014) sugerem que

[...] a falta de acesso ao crédito subsidiado, à pesquisa agropecuária, assistência técnica, infraestrutura, acesso aos mercados regionais e demais condições de produção, contribuíram para o surgimento de dois movimentos distintos no rural brasileiro: de um lado, mantém-se núcleos de agricultores familiares praticando basicamente uma agricultura para autoconsumo, cujos resultados não permitem ir além da reprodução dessas condições de vida, em geral classificadas como pobreza e pobreza extrema; e do outro, as características estruturais predominantes, como concentração da terra e modelo de produção agropecuária excludente, incentivaram um forte processo migratório em direção às cidades polos, formando os chamados “bolsões de pobreza e miséria”, tendo em vista que grande parte dessa população migrante não encontra condições favoráveis nesses locais para mudar sua condição social.

Além dos fatores citados, os mesmos autores apontam que são escassos projetos para quilombolas, indígenas, mulheres e jovens, considerados o segmento de maior vulnerabilidade social.

Apesar dos indicadores revelarem uma situação dramática das condições de vida de parte da população rural, observa-se recentemente redução da pobreza, a partir do momento que o combate à essa situação adquiriu importância no cenário internacional (MALUF; MATTEI, 2011), tendo o Banco Mundial afirmado ser esse um dos principais desafios mundiais, difundindo uma ideia de pobreza para além da baixa renda, ressaltando os baixos indicadores em educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano (VAITSMAN *et al.*, 2009; UGÁ, 2004). Para Azevedo e Burlandy (2010) entrou em ascensão a ideia de que políticas e instituições voltadas para os grupos mais vulneráveis podem promover eficiência e equidade e a partir dessa concepção, os programas de transferência de renda com condicionantes, focados nos pobres passam a ser implementados, visando cumprir funções redistributivas e de alívio da pobreza (VIANNA, 2008). Com efeito, novas estratégias de proteção social emergem combinando redes de segurança e transferência de renda para que sirvam de auxílio nos períodos de crise e dê condições para a superação da situação de pobreza (AZEVEDO; BURLANDY, 2010).

No Brasil instituiu-se políticas públicas para superação da pobreza, que

englobaram também a população rural, como o Bolsa Família (BF), Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BF surgiu da unificação de outros programas pré-existentes de transferência de renda, sendo o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação e ocorreu em 2003 como estratégia de combate à desigualdade social, à extrema pobreza e à fome. Essa mudança foi acompanhada da expansão nacional para alcançar todas as famílias abaixo da linha de pobreza estabelecida e com isso, significativa parcela da população mais pobre e vulnerável foi incorporada ao sistema de proteção e ao mercado de consumo popular (SANTOS *et al.* 2011). A previdência social consiste no acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, desde que comprovem a situação de produtor, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar. O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, sendo necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Também outras ações foram implementadas visando auxiliar os sistemas de produção, por meio da doação de sementes aos agricultores familiares. No entanto, Sabourin (2007) critica o desenvolvimento das políticas assistencialistas que pregam o tratamento social da agricultura familiar apenas com programas de combate à pobreza. Para o autor, esses programas terminam por transformar camponeses - mais ou menos autônomos, em cidadãos de segunda classe, dependentes de ajuda para sua reprodução social.

As políticas públicas levam a uma disjunção entre políticas sociais e políticas produtivas, contrária ao princípio tripartite do desenvolvimento sustentável (equilíbrio entre social, econômico e ambiental). Esses enfoques (previdência, aposentadoria rural, bolsa- alimentação, bolsa-família) reduzem o econômico ao princípio do acesso das populações rurais pobres ao mercado capitalista e mantêm sua dependência dos supermercados e das firmas agroalimentares, já não como produtores, mas como consumidores (SABOURIN, 2007 p. 739).

Outra iniciativa criada no Brasil em 2011 durante o governo de Dilma Rousseff foi o “Programa Brasil Sem Miséria” (BSM) tendo o objetivo de erradicar a pobreza extrema, combinando ações de municípios, estados e federação.

O BSM teve em sua concepção a integração de dezenas de ações, implementadas por diversos ministérios e articuladas em torno de três grandes eixos, sendo a garantia de renda, inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos. Suas ações foram agrupadas com base em diversos recortes específicos, como educação e saúde, mas também aqueles que consideravam as especificidades das áreas urbanas

e rurais, com ações distintas para enfrentar problemas centrais nessas regiões. No eixo transferência de renda foi incluído o BF, com suas condicionantes vinculadas à educação, saúde e favorecendo a garantia do direito à alimentação, bem como o BPC. No eixo de acesso aos serviços públicos buscou-se identificar a ausência do Estado nos territórios com base no Censo Demográfico de 2010 e prover serviços públicos adequados às realidades locais, como energia elétrica, acesso à água para consumo doméstico e produção e saneamento. No eixo inclusão produtiva, considerando a dificuldade da população rural pobre em acessar crédito para produção, o BSM criou uma modalidade de repasse de recursos a fundo perdido (Fomento) no valor de 2,4 mil reais para aplicação em projetos produtivos com assistência técnica e apoio à comercialização por meio de compras institucionais (FONSECA *et al.*, 2018). Segundo Mello *et al.* (2014) as principais dificuldades dos agricultores mais pobres estão justamente na falta de apoio técnico e na escassez de recursos para investir na melhoria da produção e o BSM proporcionou acompanhamento técnico, buscando aumento da produção, da qualidade e do valor dos produtos. Para Fonseca *et al.* (2018) o BSM se destaca pois parte da concepção de que a pobreza não se restringe apenas à insuficiência de renda, mas envolve situações de insegurança alimentar e nutricional, acesso à água, insuficiência no acesso e permanência em políticas sociais, como saúde e educação, baixo atendimento de serviços de energia elétrica, moradia e saneamento básico.

O BSM tinha o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014, porém o que se observou foi que pouco mudou no que se refere ao desenvolvimento social do público rural (NOCE; FERREIRA NETO, 2016; HELFAND, 2011). Guanzirolí *et al.* (2012) e Bresnayan (2011) consideram que para agricultores familiares com baixa inserção no mercado, as políticas de crédito de custeio por mais subsídios que tenham, não resolverão o problema da pobreza no campo. Esses autores defendem a necessidade de políticas específicas focadas no grupo em questão, envolvendo outros aspectos como o acesso à água, à terra e à educação, dando maior ênfase às políticas agrárias e sociais do que às políticas agrícolas, bem como em técnicas de enfrentamento das mudanças climáticas.

Considerando que a região Nordeste concentra a maior parte da população extremamente pobre e o estado de Alagoas o que apresenta o maior número nesse grupo, o objetivo desse trabalho foi avaliar as características socioeconômicas, produtivas, hábitos de consumo alimentar e segurança alimentar de famílias rurais atendidas pelo BSM no interior de Alagoas.

METODOLOGIA

O município de Traipu está localizado no Agreste Alagoano, sendo seu território

composto por 82% de bioma Caatinga e 18% de Mata Atlântica. A população estimada foi de 27.715 pessoas (IBGE, 2020), com aproximadamente 69% residindo na área rural.

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal em 2010 foi de 0,532, considerado baixo. Um dado importante nesse cenário é a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, sendo de apenas 5,3%. O município apresentou 59% da população tendo rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa no ano de 2017. Além dos dados citados, apenas 10% do município possuía esgotamento sanitário adequado em 2010 e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade foi de 95,2% (IBGE, 2020), valor que evidencia o papel dos programas de transferência de renda com condicionantes, como o BF.

No município, 68 famílias foram inseridas nas ações do projeto de fomento pelo BSM, que busca garantir a segurança alimentar e nutricional e gerar renda às famílias e teve início no município no ano de 2017. Para entrar no projeto os critérios adotados foram: possuir renda igual ou abaixo de R\$ 154,00 per capita, possuir DAP (Declaração de aptidão ao Pronaf) e vocação para as atividades que seriam desenvolvidas. Desse total de famílias, 32 se dedicaram a criação de ovinos (adquirindo de 3 a 4 animais), 29 famílias se dedicaram a criação de aves (adquirindo entre 30 e 50 animais) e 7 famílias com a criação de suínos (com 2 a 3 animais). No ano de 2019, 12 famílias deixaram de executar o projeto de fomento.

O levantamento de dados dessa pesquisa ocorreu no bairro rural Vila Santo Antônio, que possui cerca de 300 famílias e desse total, apenas 24 participam do projeto e as entrevistas foram realizadas com 13 famílias, correspondendo a 54% de participação nas ações diretas do BSM.

Para o levantamento das questões socioeconômicas, ambientais, acesso a políticas públicas e aspectos produtivos (vinculados ou não ao projeto de fomento) utilizou-se entrevistas semiestruturadas, sendo uma combinação de perguntas fechadas e abertas e de acordo com Triviños (1987) permite ao informante discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, além de permitir respostas livres e espontâneas do informante.

Para o levantamento de informações sobre consumo alimentar foi utilizada a frequência de consumo, sendo um questionário composto por uma lista de alimentos e bebidas, apresentado ao indivíduo que indica a frequência de ingestão semanal, classificando o consumo como: raro (alimento consumido no máximo uma vez por semana), pouco (item consumido de 2 a 3 vezes por semana) e frequente (item consumido mais de 3 vezes na semana) (HOLANDA; BARROS FILHO, 2006), com identificação da origem dos produtos.

Para o diagnóstico de segurança alimentar foi utilizada a versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SANTOS *et al.*, 2014), que correspon-

de a uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome.

O levantamento das informações foi realizado com as mulheres responsáveis pelos domicílios, que são as beneficiárias do projeto de fomento do BSM e ocorreu em novembro de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do projeto houve o repasse do recurso financeiro à cada família no valor total de R\$ 2.400,00 – dividido em duas parcelas, sendo R\$ 1.400,00 para custeio da atividade e R\$ 1.000,00 para compra de animais. O projeto foi desenvolvido tendo como beneficiárias as mulheres e o recurso foi recebido no cartão do BF. Esse fato demonstra que o projeto de fomento buscou inserir como público, um dos segmentos em situação de maior vulnerabilidade social, que de acordo com Zimmermann *et al.* (2014) tem sido pouco atingido pelas ações de combate à pobreza. A criação de pequenos animais foi a atividade escolhida, sendo ovinocultura, suinocultura e avicultura, uma vez que as famílias possuem pouca área (em média de 0,6 hectares) e o acesso à água é limitado e a escolha se deu conjuntamente entre as famílias e a equipe técnica.

A assistência técnica é realizada mensalmente com visitas a cada unidade pelo Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER).

A composição das famílias entrevistadas pode ser observada na figura 1, com destaque para crianças e adolescentes em idade escolar, fato confirmado pelos dados de alfabetização (figura 2). Todas as famílias possuem acesso ao BF. Porém ressalta-se que entre os adultos há predomínio de baixa escolaridade, o que caracteriza historicamente a privação do acesso ao ensino.

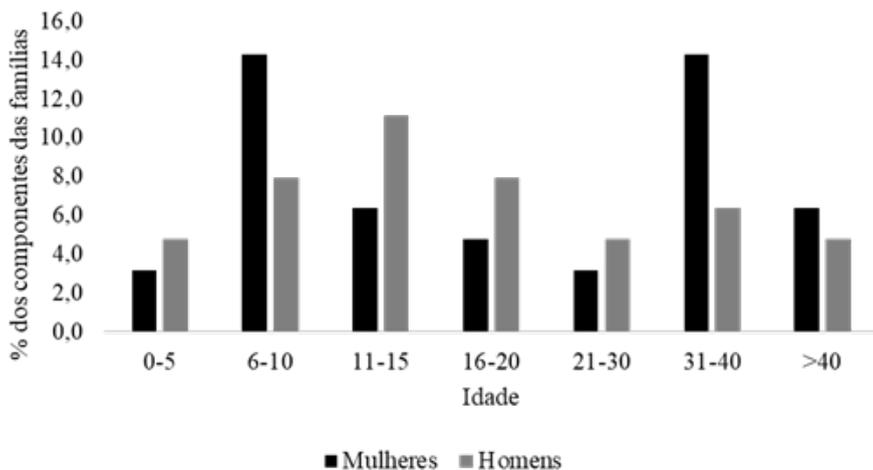
A ocupação de todos os integrantes das famílias entrevistadas em idade de trabalho se dá com a agricultura, evidenciando a importância da atividade para manutenção e ocupação das famílias, além do vínculo com o meio rural.

Todas as casas possuem energia elétrica e são de alvenaria, porém 61% das residências tem fossa negra e 39% tem o esgoto jogado a céu aberto e não há coleta de lixo pelo poder público, optando-se pela queima dos detritos por todas as famílias, o que caracteriza a falta de acesso a serviços básicos. De acordo com Fonseca *et al.* (2018) o BSM apontou a necessidade de universalizar o acesso aos serviços públicos para as famílias em situação de extrema pobreza, pois quase 90% dos domicílios rurais não tem esgotamento sanitário.

Nesse aspecto, entre as famílias entrevistadas a falta de acesso à água apresenta-se como fator limitante, em especial para produção vegetal. O poder público construiu um chafariz no bairro, que contribui para o consumo doméstico, sendo integrado

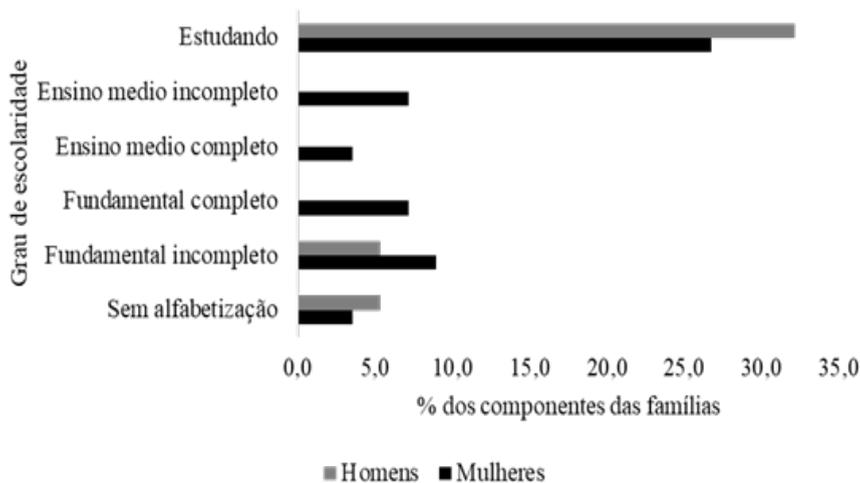
a outras formas de acesso ao recurso (figura 3), porém a iniciativa não garante o abastecimento, em especial para produção.

Figura 1 – Faixa etária e composição familiar dos beneficiários pelo BSM na Vila Santo Antônio.

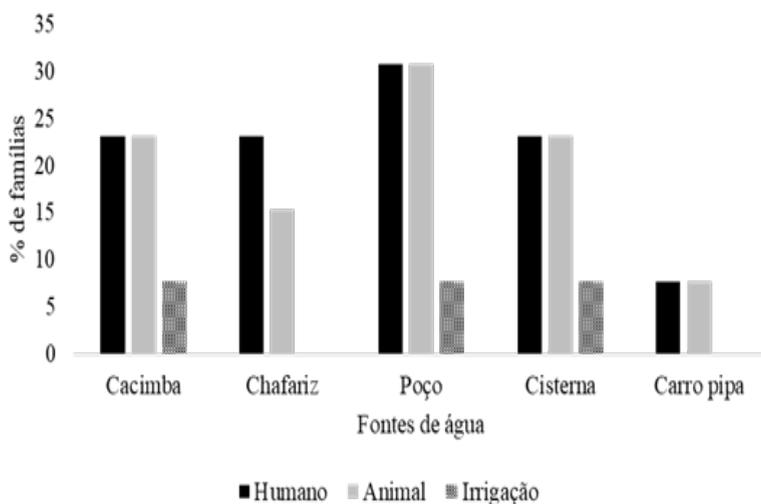


Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 2 – Escolaridade dos beneficiários pelo BSM na Vila Santo Antônio



Fonte: elaborado pelos autores

Figura 3 – Acesso à água pelos beneficiários do BSM na Vila Santo Antônio.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados apresentados evidenciam a falta de acesso aos serviços e recursos que poderiam contribuir para a redução das condições de vulnerabilidade das famílias, deixando de pensar somente no componente renda. Mesmo havendo previsão de ações para o acesso à água com a construção de cisternas na proposta do BSM, as famílias entrevistadas ainda não foram contempladas com essa tecnologia social, o que poderia ampliar a produção e a inclusão produtiva. De acordo com Campos *et al.* (2014) as tecnologias sociais de armazenamento de água, como as cisternas, possibilitam capacidade de estoque para as famílias que muitas vezes ficam dependentes do atendimento por carros-pipa ou da água de poços e a garantia do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente é componente fundamental do direito humano à alimentação adequada.

Partindo da premissa que a pobreza não se caracteriza apenas pela falta de renda, há necessidade de promover acesso à terra, à água e infraestrutura como saneamento, além da diversificação dos mercados, que são elementos fundamentais e estratégicos no combate à pobreza (ZIMMERMANN *et al.*, 2014; MALUF; MATTEI, 2011; VAITSMAN *et al.*, 2009; UGÁ, 2004).

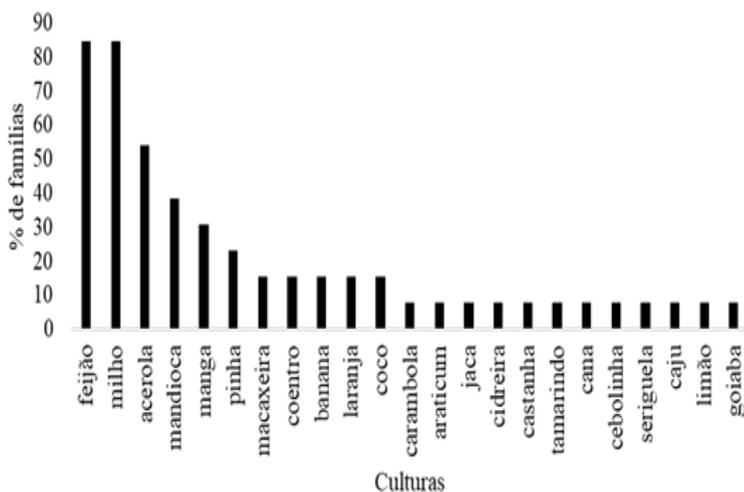
A produção das famílias é destinada para autoconsumo e concentra-se praticamente no período chuvoso, com cultivo de feijão e milho principalmente, havendo poucas propriedades com algumas frutíferas e hortaliças, como observado na figura 4. A baixa diversidade é decorrente da falta de água para irrigação, limitando os cultivos e as variedades. Ressalta-se que a comunidade encontra-se próxima ao Rio

São Francisco, porém não possui acesso a água dessa fonte. Zimmermann *et al.* (2014) consideram que a privação do acesso à água é um elemento determinante para perpetuar a condição social de pobreza em que se encontra a grande maioria da população que reside nas pequenas cidades que compõem o meio rural. Assim, Noce e Ferreira Neto (2016) consideram que no BSM, as peculiaridades de cada região e de seus habitantes precisam ser inseridas nas ações, buscando a melhoria das comunidades como um todo.

Um dos pontos trabalhados no projeto em Traipu tratou sobre o armazenamento das sementes, o que vem sendo realizado por todas as famílias e busca promover maior autonomia, não ficando na dependência da entrega pelos órgãos públicos, pois muitas vezes é realizada com atrasos e conseqüentemente com prejuízos aos plantios.

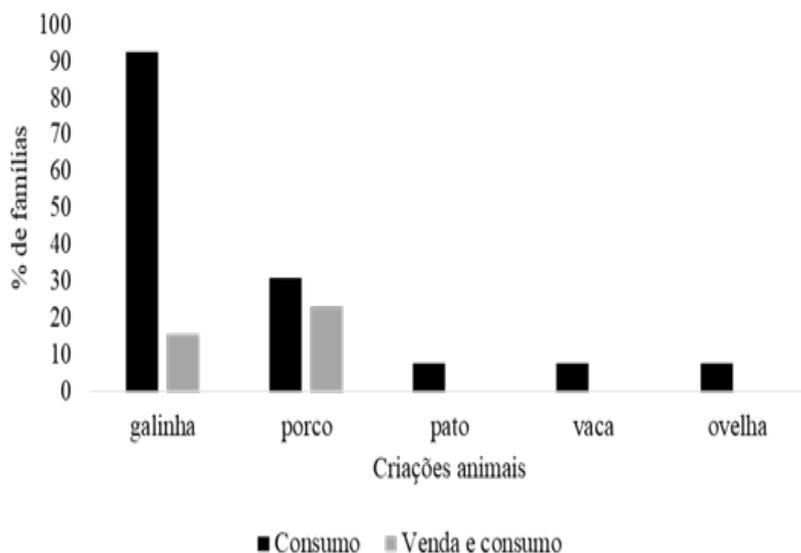
Quanto a produção animal – objeto do projeto de fomento, a principal atividade desenvolvida pelas famílias foi a criação de aves, seguido de suínos e ovelhas, como observado na figura 5. Mesmo tendo como objetivo a segurança alimentar, por meio da produção para autoconsumo e a venda do excedente, a maior parte das famílias que criam galinhas não comercializam os produtos, visando garantir a alimentação da família. Em avaliação do BSM no Distrito Federal, Pires (2016) verificou que 44% das famílias comercializavam o excedente da produção e 20% utilizavam os produtos apenas para consumo, havendo ganhos em segurança alimentar e nutricional, além da economia de recursos por não comprarem esses alimentos.

Figura 4 – Itens produzidos pelas famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 5 – Criação animal entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.

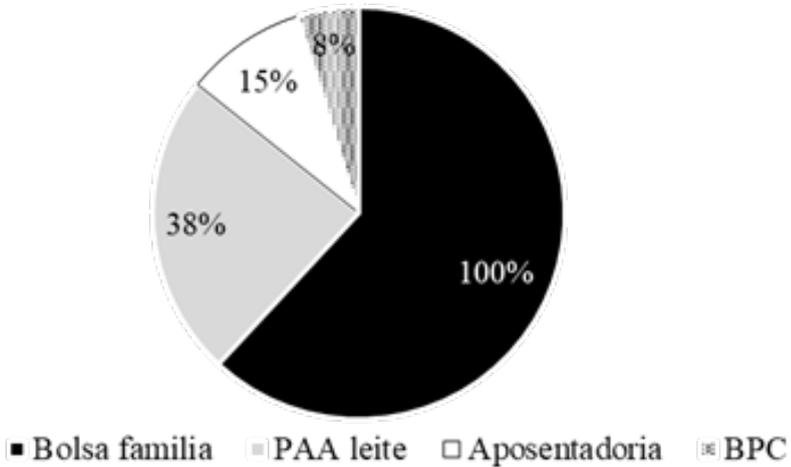


Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto a produção animal – objeto do projeto de fomento, a principal atividade desenvolvida pelas famílias foi a criação de aves, seguido de suínos e ovelhas, como observado na figura 5. Mesmo tendo como objetivo a segurança alimentar, por meio da produção para autoconsumo e a venda do excedente, a maior parte das famílias que criam galinhas não comercializam os produtos, visando garantir a alimentação da família. Em avaliação do BSM no Distrito Federal, Pires (2016) verificou que 44% das famílias comercializavam o excedente da produção e 20% utilizavam os produtos apenas para consumo, havendo ganhos em segurança alimentar e nutricional, além da economia de recursos por não comprarem esses alimentos.

Para alimentação dos animais em Traipu, 43% dos entrevistados dependem da compra de ração e 57% compram ração em parte do ano. No sistema de criação adotado é recomendado o uso de ração, visando garantir alimentação balanceada, bem como foi previsto no projeto área para pastejo, porém nem todos possuem esses espaços formados. Esse fato faz com que as famílias invistam parte do pouco recurso financeiro que possuem (haja visto que a maioria não comercializa os produtos) para a alimentação animal e a instalação das áreas de pastejo poderia garantir maior autonomia às famílias, dependendo menos da compra de ração, sendo o recurso investido para compra de outros itens necessários à produção e manutenção.

Figura 6 – Acesso às políticas públicas pelas famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



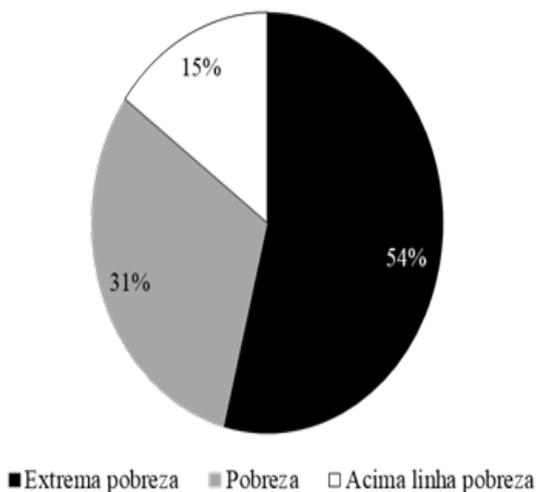
Fonte: elaborado pelos autores.

Considerando que o principal critério para inclusão no projeto era a condicionante renda, todas as famílias são beneficiárias do BF, com poucos atendidos pela seguridade social (figura 6). Helfand (2011) destaca que a política de aposentadoria rural e o BF foram as razões mais importantes para redução da pobreza rural no Brasil. No entanto, o autor observa que somente esses programas já não são suficientes para retirar da condição de pobreza aquele percentual significativo de produtores rurais que ainda se encontram nesta situação.

Apenas 5 famílias (38% do total) acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite). Essa é uma das modalidades existentes do PAA que ocorre nos estados do Nordeste e na região Norte de Minas Gerais e atende os segmentos populacionais vulneráveis (famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo e que possuem crianças de até seis anos, gestantes, lactantes e idosos) e por meio dessa política têm direito a receber o produto gratuitamente (ALAGOAS, 2020). Porém, mesmo havendo mais famílias que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo PAA Leite, muitas não tem acesso à essa política pública. Uma das razões pode ser devido às reduções recentes de investimentos financeiros no PAA, tendo sido praticamente zerado no último ano, o que coloca as famílias em maior condição de vulnerabilidade social.

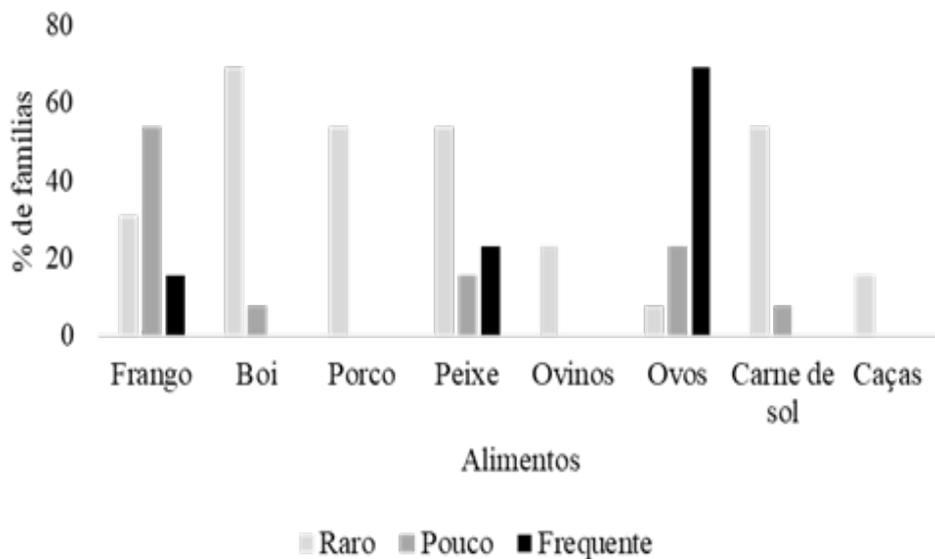
Apenas uma família recebe o BPC, que prevê a transferência de um salário mínimo para idosos e deficientes que possuem renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Figura 7 – Renda per capita das famílias e condição de vulnerabilidade.



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 8 – Fontes e consumo de proteína animal entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.

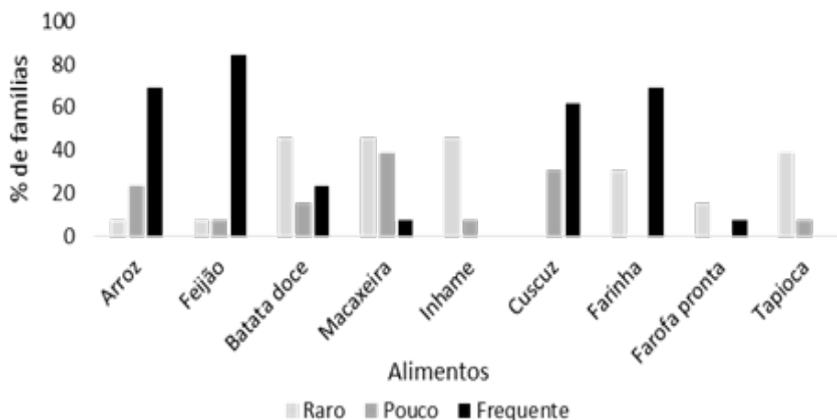


Fonte: elaborado pelos autores.

Ao considerarmos a renda per capita (figura 7), mesmo com acesso às políticas públicas, verifica-se que 31% das famílias ainda encontram-se em situação de pobreza (renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00) e 54% em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89,00), com apenas 15% possuindo renda per capita acima de R\$ 178,00, que corresponde as famílias que recebem aposentadoria, indicando que essa política pública pode contribuir com a redução da pobreza no campo. Esse resultado evidencia que além das privações de outros direitos, como acesso à água, terra e saneamento, essas famílias continuam com baixo acesso à renda, mantendo-se em situação de vulnerabilidade. Esses dados vão de encontro ao citado por Helfand (2011), no qual aponta que somente o acesso aos programas de transferência de renda não são suficientes para retirar as famílias rurais da condição de pobreza. Porém, ressalta-se que as ações do BSM na comunidade com a criação de pequenos animais, tem contribuído principalmente como fonte de alimentos. A criação dos animais, em especial galinhas tem sido a principal fonte de proteína na dieta dessas famílias, principalmente com consumo de ovos, como verificado na figura 8.

A produção para autoconsumo, que é própria e característica da agricultura familiar tem contribuído para alimentação das famílias. Além da proteína animal, a produção de feijão e farinha de mandioca se destinam totalmente ao autoconsumo e sua ingestão é frequente (figura 9). Para Tonezer *et al.* (2019), todos os agricultores familiares de sua pesquisa no Oeste Catarinense possuíam produção para autoconsumo, apresentando grande diversidade de itens nas hortas, pomares, produção animal, além de grãos e produtos beneficiados. Essa diversidade difere da encontrada no Agreste alagoano devido à restrição no acesso à terra e água pelas famílias, não sendo possível o cultivo de variedades exigentes em irrigação, bem como limita o número de animais criados. Além disso, Tonezer *et al.* (2019) apontam que as famílias consideravam suas produções mais saudáveis e economizavam com a compra de produtos.

Figura 9 – Fontes e consumo de carboidratos, amidos e grãos entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



Fonte: elaborado pelos autores.

Grisa (2007) aponta que a produção para autoconsumo tem se fortalecido em um novo contexto da agricultura familiar, não sendo um resquício do passado. Do mesmo modo, Gazolla (2004) destaca que a produção para o autoconsumo propicia alimentação com maior diversidade, mais nutritiva e segura. Ao analisarmos o consumo de alimentos entre as famílias pesquisadas em Traipu é notável que o consumo de alimentos básicos e principais na alimentação ou ao menos em parte são provenientes da produção, mesmo com todas as limitações de acesso à terra e água. Assim, o consumo requer uma análise que considere para além do ato de comer, abordando os fatores limitantes que perduram até aos dias atuais, como acesso à terra, êxodo rural e políticas públicas. Conforme assinala Ploeg (2009) a luta por autonomia dos agricultores deve ser desenvolvida com “base autogeridas de recursos sociais e naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra etc.), em que a terra é o pilar central da base de recursos, tanto no ponto de vista material como simbólico”.

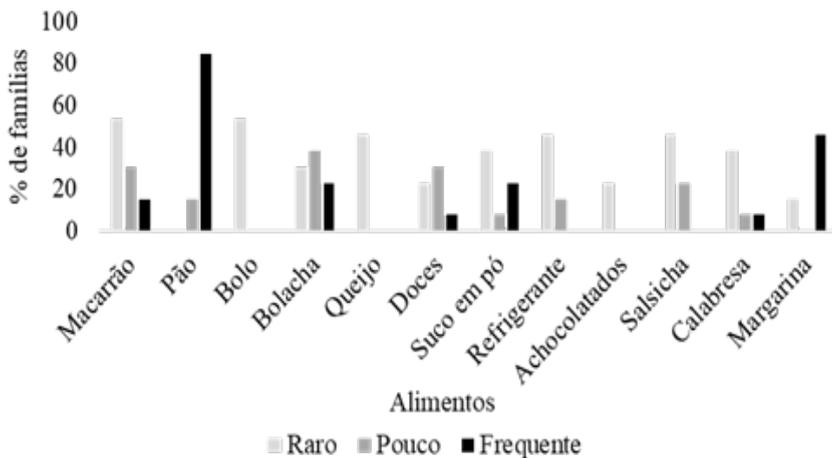
Da mesma forma, Carneiro (2009) considerando os trabalhos de Chayanov, aponta que

O princípio básico de organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. As decisões sobre a produção e o consumo estão relacionadas a fatores internos, a chamada motivação individual. A quantidade do

produto do trabalho depende do tamanho e da composição da família trabalhadora e do grau de auto exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de diferenciação demográfica (CARNEIRO, 2009, p. 55).

Para Grisa (2007) é necessário pensar a produção para autoconsumo pois acredita-se muitas vezes que essa prática simboliza uma cultura que vai no ciclo contrário ao da modernização. O autoconsumo é colocado como prática das famílias visando garantir a autossuficiência sobre a dimensão essencial, que é a alimentação e é essa garantia que viabiliza o acesso direto aos alimentos, seguindo da unidade de produção para a unidade de consumo. Além disso, essa produção permite independência das famílias, pois ficam menos suscetíveis a fatores externos para poder se alimentar. Por meio do autoconsumo as famílias conseguem ter autonomia no ambiente em que estão inseridas, não ficando vulnerável aos fatores externos, como por exemplo o mercado e preços (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Grisa *et al.* (2010) consideram essa prática como estratégia usada pelos agricultores familiares para obter a independência alimentar e confere ao agricultor fonte de renda não-monetária, dando poder de compra às famílias para aquisição de outros bens de consumo relevantes à sua manutenção.

Figura 10 – Consumo de itens industrializados entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao analisarmos o consumo de itens industrializados (figura 10) verifica-se que para a maior parte dos itens, o consumo é raro ou pouco, com exceção de pães. Um dos fatores que pode estar contribuindo com esse dado se refere a baixa renda entre as famílias, que direcionam os recursos financeiros para itens básicos da alimentação e que não são produzidos localmente.

Entre as bebidas, sucos naturais e leite apresentaram baixo consumo entre os entrevistados, sendo que para esse último, apenas 38% das famílias indicaram consumo frequente. Esse dado reforça a necessidade e importância do PAA leite nessas condições. Sobre esse alimento, o Ministério da Saúde recomenda o consumo diário de três porções de leite e/ou derivados, sendo essa quantidade suficiente para atender 75% das necessidades diárias de cálcio (BRASIL, 2008). Muniz *et al.* (2013) apontam que para a ingestão de cálcio recomendada a partir dos 20 anos de idade, torna-se difícil atingir a recomendação sem o consumo suficiente de laticínios. Destaca-se que nesse faixa etária encontra-se 40% da população pesquisada na Vila Santo Antônio.

De modo semelhante, o consumo de frutas e hortaliças foi relatado como frequente somente em 15% das famílias, pouco em 23% e raro entre 62%, o que é resultado da falta de acesso à água para os cultivos. Esse primeiro grupo (que consomem com frequência) corresponde a 2 famílias, sendo uma a que detém maior quantidade de terra (1,5 hectares), permitindo maiores produções e a outra recebe aposentadoria.

Em estudo com agricultura familiar, Silva e Costabeber (2013) considerou que a falta de alimento em quantidade suficiente para suprir as necessidades das famílias era um dilema que se opunha à imagem divulgada para sociedade da “mesa farta”, ao qual essas famílias apresentavam anteriormente, em que a produção em abundância, qualidade e variedade de alimentos era ativo do meio rural. Isso se deve ao distanciamento das práticas e estratégias que eram utilizadas pelos agricultores e que não faz mais parte da realidade de muitos. Para o autor, esse fator está também ligado ao êxodo rural e a ruptura da transmissão dos conhecimentos para as novas gerações.

Com base na versão curta do EBIA, 92% das famílias indicaram situação de insegurança alimentar nos últimos meses. A insegurança alimentar se dá quando em um lar há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; quando se verifica a redução quantitativa de alimentos entre os membros da família; ou a fome - quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou acesso a comida; e o oposto ou seja, a segurança alimentar se aplica aos domicílios que têm acesso regular e permanente à alimentos de qualidade e quantidade suficiente. A versão curta do EBIA não permite classificar os níveis de insegurança alimentar, porém permitiu verificar que além da preocupação com a falta de alimento

entre 92% dos entrevistados, indicou que nos últimos meses em 30% das famílias algum adulto da casa diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer uma das refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; e 46% das famílias responderam que nos últimos meses alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida.

Mesmo diante do cenário observado de insegurança alimentar, todas as famílias destacaram melhoras a partir do projeto de fomento com a criação de pequenos animais, como pode ser verificado em alguns relatos nas entrevistas:

“Hoje tenho o porco pra vender, antes não tinha nada” (entrevistado 3).

“O fomento trouxe uma melhora, porque tem o ovo e o frango no quintal pra consumo e pra ter uma venda ou troca pra suprir outras necessidades” (entrevistada 9).

“Garante que quando falta a comida, tem o alimento no fundo do quintal” (entrevistada 10).

“Melhorou porque garante a mistura” (entrevistada 11).

“Melhorou por garantir a alimentação sem depender somente da feira do mês” (entrevistada 13).

De acordo com Mello *et al.* (2014) a combinação de assistência técnica e os recursos do fomento por meio do BSM foi especialmente importante para que as famílias do semiárido atravessassem com mais segurança os períodos de estiagem, reduzindo as privações sofridas nos períodos de seca, demonstrando que mesmo não alcançando a segurança alimentar, as ações proporcionaram melhorias.

Sobre os impactos do BF no consumo alimentar entre a população rural, Duarte *et al.* (2009) observaram que as famílias beneficiadas gastavam mais recursos financeiros com a compra de alimentos, comparativamente às não beneficiadas, demonstrando que havia impacto positivo sobre o consumo alimentar dos indivíduos. Nascimento *et al.* (2017) também relatam impacto positivo do BF na alimentação e no padrão de vida local de comunidades em Marajó, proporcionando bem-estar, melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento de práticas creditícias, importantes no combate à insegurança alimentar na região. De acordo com o IBASE (2008) o BF permitiu aumento na quantidade e variedade de alimentos consumidos pelas famílias (principalmente leite e carne), porém os dados do EBIA indicaram que ainda havia prevalência de insegurança alimentar entre 83% dos entrevistados,

sendo que mais de 50% sofriam de restrição na quantidade de alimentos disponíveis, dado que corrobora com os obtidos em nossa pesquisa. Nishimura e Soares (2008) apontaram que os resultados alcançados pelo BF ainda não havia alcançado o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada nem a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias atendidas. Segundo Cotta e Machado (2013) o BF tem um importante papel no consumo alimentar das famílias, porém suas potencialidades estão condicionadas à capacidade do poder público e da sociedade civil de regular o cumprimento dos seus propósitos, incluindo a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como da implementação das políticas sociais e econômicas de âmbito mais geral, que integrem os diferentes setores.

A única situação de segurança alimentar observada (8%) está relacionada a uma família que possui a maior área de cultivo, com total de 1,5 hectares (ante a média de 0,6 ha das demais) e possui a maior diversidade de cultivos e criações animais e também faz parte do universo de 15% das famílias que consomem frutas e hortaliças com frequência. Esse dado reforça que as ações do BSM precisam atuar no acesso aos recursos, em especial terra e água, buscando garantir a superação da pobreza e extrema pobreza no meio rural.

Sabe-se que a insegurança alimentar atingiu 35,3% dos domicílios rurais em 2013 no Brasil, sendo que no nordeste esse percentual foi de 50,1% (BRASIL, 2015). Um dos motivos para esse resultado ocorre pela troca de atividades agrícolas por não agrícolas, devido à crise na agricultura e mecanização da produção, o que transformou as áreas rurais em áreas com aspectos tipicamente urbanos, em que a população passa a não depender da renda de atividades agrícolas (BALDASI, 2001), além da dificuldade de acesso a bens e serviços (SILVA *et al.*, 2017; BARBOSA *et al.*, 2014). Esse comportamento vem sendo relatado em populações rurais em vários estudos, indicando influência e proximidade com os centros urbanos, bem como aumento da renda, o que torna as famílias mais dependentes de itens comprados para alimentação, antes produzidos localmente (SILVA e BEGOSSI, 2009; NARDOTO *et al.*, 2011). Além disso, Ivanova (2010) aponta também que a renda obtida por meio de programas como BF tem contribuído para o consumo de itens alimentares da cidade entre as populações rurais.

Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do ano de 2013 a insegurança alimentar no meio urbano no Brasil foi de 7,9%, sendo maior nas regiões Norte/Nordeste com 15%, evidenciando mais uma vez que a pobreza é maior nas áreas rurais que nos centros urbanos. A região Nordeste apresentou maior vulnerabilidade alimentar e nutricional quando comparada às outras regiões do país (SANTOS *et al.*, 2018). De acordo com o estudo de Oliveira *et al.* (2009) na Paraíba, a segurança alimentar na área rural foi de apenas 11,5%, dado semelhante ao de Almeida *et al.* (2017) de 11,2% para assentamentos em regiões rurais de Sergipe.

Em Traipu, para o grupo estudado a segurança alimentar indicada foi de apenas 8%. A baixa prevalência de segurança alimentar e nutricional demonstra a gravidade da situação diagnosticada em residentes de áreas menos desenvolvidas (ALMEIDA *et al.*, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2009). Esses resultados são reflexo principalmente da falta de acesso à água como garantia da produção ao longo do ano. Atualmente os plantios ocorrem apenas na estação chuvosa, o que muitas vezes não garante a produção necessária para o abastecimento da família ao longo do ano, associado a disponibilidade do fator terra. De acordo com Campos *et al.* (2014) é preciso constituir arranjos institucionais que avancem na convergência dos instrumentos para superação da pobreza no meio rural, ampliando o acesso à água, estruturação produtiva e compras públicas.

Sobre a insegurança alimentar, Hoffmann (2008) considera também que o fator determinante mais importante é a baixa renda domiciliar per capita e aponta para a importância de programas de transferência de renda, como o BF e que além desse fator, escolaridade, ocupação instável e/ou informal, região de residência, disponibilidade de água e esgoto também estão relacionadas a esse resultado. O autor complementa que a insegurança alimentar também aumenta quando a população é preta ou parda e entre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Brasil Sem Miséria na comunidade estudada tem sido implementado principalmente por ações de transferência de renda, com o BF, Aposentadoria e BPC, sendo essas as principais fontes de ingresso de recursos financeiros para as famílias, além do Fomento, contribuindo para sua manutenção.

O projeto de Fomento com a criação de pequenos animais contribui para a alimentação das famílias, porém destina-se na quase totalidade para consumo, tentando garantir a segurança alimentar, o que não tem sido alcançada pela grande maioria dos entrevistados.

O BSM para a população rural tem em sua proposta a ampliação do acesso à água (por meio das cisternas), dos meios de produção e acesso à mercados, porém somente os recursos para início da criação e o acompanhamento técnico não garantem a produção suficiente para o consumo e venda do excedente para os mercados institucionais, como pretende o Programa, limitando os resultados das ações.

A elevada taxa de insegurança alimentar é reflexo principalmente da falta de acesso à terra e água, não permitindo a produção para abastecimento ao longo do ano pelas famílias e excedentes para venda, com baixo ingresso de renda, além da falta de acesso aos serviços básicos.

Dessa forma, ações isoladas não garantem a superação da pobreza e da extrema pobreza no meio rural, havendo necessidade de garantir acesso aos meios de produção, principalmente terra e água, além de serviços públicos, como saneamento, coleta de lixo e educação para adultos, atuando de forma integrada e articulada para a superação da realidade encontrada.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Assistência Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/seguranca-alimentar-e-nutricional-1/programa-do-leite>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ALBUQUERQUE, M. R; CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45-64, Set./Dez. 2012.

ALMEIDA, J. A.; SANTOS, A. S.; NASCIMENTO, M. A. O.; OLIVEIRA, J. V. C.; SILVA, D. G.; MENDES-NETO, R. S. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 2, p. 479-488, 2017.

AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katál**, v. 13, n. 2, p. 201-209, Jul./Dez. 2010.

BALDASI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 155-165, Jan./Mar. 2001.

BARBOSA, A. L. N. H.; MENEZES, T. A.; ANDRADE, B. C. Demanda por produtos alimentares nas áreas rurais e urbanas do Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 44, n. 3, p. 507-544, Dez. 2014.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p.

BRASIL. **Guia Alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde. 2008. 210 p.

BRESNYAN, E. W. Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B.

(Org.). **Pobreza rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. p. 60-67.

CAMPOS, A.; MÜLLER, L.; RAHAL, L. S.; SCHRODER, M.; DEL PORTO, E. B.; KROEFF, D. R. Inclusão produtiva rural no Plano Brasil Sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 447-466.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Pan-americana de Salud Publica**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 19-50.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009.

FAGNANI, E. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/1998. **Economia e Sociedade**, v. 13, p. 155-178, Dez. 1999.

FAO - Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe**: soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo. Santiago: FAO. 2018. 112 p.

FONSECA, A. M. M.; JACCOUD, L.; KARAM, R. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: o desafio de universalizar a cidadania. In: MONTALI, Lilia (Org.). **Proteção social e transferência de renda**. Caderno de Pesquisa NEPP, nº 86, 2018. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/4f91a0e745befe346ba37455bba17335.pdf#page=52>. Acesso em: 11/08/2020.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 89-122, 2007.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”:** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

qqq

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, Jul./Dez. 2010.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, Jun. 2012.

HELFAND, S. Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas.** Brasília: IICA, 2011. p. 58-59.

HOFFMANN, R. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007.

HOLANDA, L. B.; BARROS FILHO, A. A. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões

do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: IBASE, FINEP, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2009**. Disponível em : www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2009/. Acesso em: 10 jan. 2020.

IVANOVA S. **Dietary change in ribeirinha women: evidence of a nutrition transition in the Brazilian Amazon?** 2010. 56 f. Master (Anthropology) - Ohio State University, Columbus, 2010.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 376 p.

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 16-26.

MATTEI, L. **Pobreza rural: um fenômeno histórico estrutural relacionado à estrutura agrária do país**. CartaMaior, 2012. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomeno-historico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MELLO, J.; ANDRADE, B. T.; MELCHIORI, C. E.; OLIVEIRA, Y. R. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 323-348.

MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. 173 p.

MUNIZ, L. C.; MADRUGA, S. W.; ARAÚJO, C. L. Consumo de leite e derivados entre adultos e idosos no Sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, p. 3515-3522, 2013.

NARDOTO, G; MURRIETA, R. S.; PRATES, L. E.; ADAMS, C.; GARAVELLO, M. E. P.; SCHOR, T.; MORAES, A; RINALDI, F; GRAGNANI, J.; MOURA, E.; DUARTE-NETO, P; MARTINELLI, L. Frozen chicken for wild fish: nutritional

transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal of Hum Biology**, v. 23, n. 5, p. 642-650, 2011.

NASCIMENTO, E. C.; CARVALHO, J. P. L.; CRUZ, B. E. V.; CALVI, M. F. O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA. **Interações**, v. 18, n. 2, p. 59-70, 2017.

NISHIMURA, T. H.; SOARES, S. L. L. Atuação do Programa Bolsa Família no combate à fome e efetivação da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos UniFOA**, v. 3, n. 1, 2008.

NOCE, M. A.; FERREIRA NETO, J. A. Uma análise de política pública brasileira de desenvolvimento rural, com foco no combate à pobreza no campo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 8, p. 36-56, Jan./Jun. 2016.

OLIVEIRA, J. S.; LIRA, P. I. C.; ANDRADE, S. L. L. S.; SALES, A. C.; MAIA, S. R.; BATISTA FILHO, M. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 3, p. 413-423, 2009.

PIRES, L. M. **Plano Brasil Sem Miséria**: Geração autônoma de renda para redução da extrema pobreza na área rural do DF. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/plano-brasil-sem-misria-emater.pdf>. Acesso em: 11/08/2020.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

ROCHA, S. M. R. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2007. 244 p. 3ª Ed.

SABOURIN Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-751, Set./Dez. 2007

SANTOS, L. P.; LINDEMANN, I. L.; MOTTAI, J. V. S.; MINTEM, G.; BENDER, E.; GIGANTE, D. P. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 5, p. 783-789, 2014.

SANTOS, L. M. P.; PASQUIM, E. M.; SANTOS, S. M. C. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1821-1834, 2011.

SANTOS, T. G.; SILVEIRA, J. A. C.; SILVA, G. L.; RAMIRES, E. K. N. M.; MENEZES, R. C. E. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, 2018.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 489–507, 2009.

SILVA, E. K. P.; MEDEIROS, D. S.; MARTINS, P. C.; SOUSA, L. A.; LIMA, G. P.; RÊGO, M. A. S.; SILVA, T. O.; FREIRE, A. S.; SILVA, F. M. Insegurança Alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, 2017.

SILVA, T. P.; COSTABEBER, J. A. C. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS). **Revista NERA**, ano 16, n. 23, p. 131-149, Jul./Dez. 2013.

TONEZER, C.; PINHEIRO, E.; PAGNUSSAT, L. Quanto vale a produção para o autoconsumo no meio rural? um estudo de caso no município de Coronel Freitas no oeste catarinense. **Extensão Rural**, v. 26, n. 4, p.90-107, Out./Dez. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TRONCO, G. B.; RAMOS, M. P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 294-311, Mar./Abr. 2017.

UGÁ, V. D. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco

Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 55-62, 2004.

VAITSMAN, J; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 731-741, 2009.

VEIGA, J. E. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. *In*: TEÓFILO, E. (Org.). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 173-200.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 120-145, 2008.

ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C.; TECCHIO, A.; LEITE, S. P.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G.; MALUF, R. J.; MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014.